



RELATÓRIO E CONTAS

ANO : 2015



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

ANO DE 2015

No cumprimento dos imperativos legais e do Compromisso, submetemos à aprovação dos Irmãos o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao exercício de 2015.

Das actividades e realizações descritas no Plano de Actividades, damos conta das seguintes:

- 1 – Finda a construção do Centro de Dia, procedeu-se à sua bênção no dia de Santa Maria da Caridade, estando em pleno funcionamento, com todos os benefícios para os Utentes desta Valência.
- 2 – Reconstrução do edifício da Rua 5 de Outubro, objecto de atrasos por motivos de todos sobejamente conhecidos, irá igualmente ficar concluído no decurso do segundo trimestre do corrente ano, permitindo o seu uso imediato, dado que a procura por tal espaço que é bem manifesta nas pessoas que nos contactam.
- 3 – O edifício de Rua de Santa Catarina está praticamente concluído, faltando alguns acabamentos interiores que só não estão, dado que se pode negociar a sua alienação, ficando estes acabamentos para serem executados pelos possíveis interessados, caso tal se venha a concretizar. Caso se não verifique haver interessados na aquisição, serão concluídas as obras e dado o destino que seja julgado mais conveniente.

Com a habitual participação, manifestação de fé que sempre comporta, celebrou-se a procissão do Senhor da Misericórdia ou Visitação, conhecida por “Fogaréus”, a festa do Senhor dos Remédios, da Visitação e de Santa Maria da Caridade, tendo sido nesse dia feita a bênção do novo Centro de Dia. Cumpriram-se assim as disposições contidas no Compromisso.

No aspecto financeiro as contas anexas falam por si, graças a uma gestão cuidadosa e de modo a que nada falte mas que nada se perca, acrescentando o cuidado



de cada falta aos nossos Utentes, agora designados “clientes”.

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

O resultado negativo apurado torna-se insignificante atendendo ao momento que se vive no concelho e no país, situação que tem reflexos nas dificuldades financeiras de muitos clientes, atente-se que ninguém é desprezado por não terem mais meios, tudo isto devido ao modo e forma de gerir que ultimamente se tem seguido, apesar das críticas – sempre sem fundamento – que por alguns tem sido feito, tudo isto, repete-se, sem que se tenha perdido a qualidade dos serviços prestados e nos juros derivados dos investimentos em imobilizado. Atente-se que até ao momento a Instituição não alienou património para suportar tais investimentos.

Daí que se tenha de realçar a valiosa e generosa dedicação de muitos funcionários, sabendo-se que outros pouco fazem para sentirem o quão necessário é para as suas vidas, disporem de um vencimento, pago pontualmente e por vezes com algumas dificuldades.

Como é habitual, ficamos disponíveis para prestar os esclarecimentos que porventura sejam considerados oportunos por parte dos Irmãos.

Assim, submete-se à consideração da Assembleia a aprovação do Relatório e das Contas referentes ao exercício do ano de 2015, onde foi apurado um resultado líquido negativo de € 134.462,15, que se propõe seja levado à Conta de Resultados Transitados.

SARDOAL, 2016-03-08

Pel’A Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Anacleto da Silva Batista)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 103 282,43	1 830 981,90
Bens do património histórico e artístico e cultural		847 930,00	847 480,00
Propriedades de investimento		363 874,45	379 967,91
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		12 447,26	11 705,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3 327 534,14	3 070 134,96
Activo corrente			
Inventários		22 764,44	20 624,76
Clientes		84 301,49	86 446,92
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		11 818,08	17 997,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		14 174,71	87 364,41
Diferimentos		22 621,04	21 131,77
Outros activos financeiros		2 493,99	2 493,99
Caixa e depósitos bancários		13 055,20	81 637,21
		171 228,95	317 696,51
Total do activo		3 498 763,09	3 387 831,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-350 239,98	-356 912,68
Excedentes de revalorização		847 930,00	847 480,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 956 065,56	1 987 997,12
		2 712 652,60	2 737 461,46
Resultado líquido do período		-134 462,15	-15 515,26
Total do fundo de capital		2 578 190,45	2 721 946,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	1 000,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		81 477,17	100 000,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		81 477,17	101 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores		237 032,82	159 531,78
Adiantamentos de Clientes		3 159,67	1 415,45
Estado e outros entes públicos		44 925,87	41 762,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		275 000,00	150 000,00
Diferimentos		18 935,90	26 404,56
Outras contas a pagar		260 041,21	185 770,85
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		839 095,47	564 885,27
Total do passivo		920 572,64	665 885,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 498 763,09	3 387 831,47

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

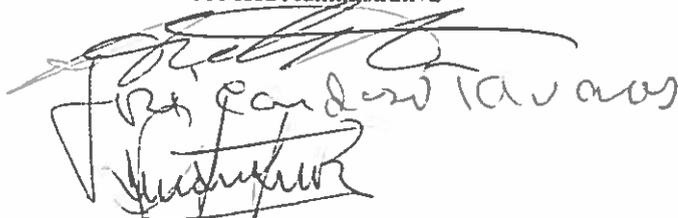
Contribuinte: 501157549

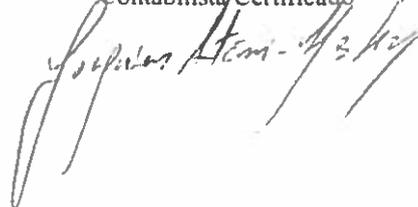
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		683.894,65	704.511,93
Subsídios, doações e legados à exploração		600.242,16	633.578,89
Variação nos inventários da produção		-300,00	-4.867,06
Trabalhos para a própria entidade		14.307,12	10.404,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		100.872,19	95.825,10
Fornecimentos e serviços externos		299.268,40	294.502,47
Gastos com o pessoal		1.252.677,35	1.211.957,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		20.909,33	12.265,31
Provisões (aumentos/reduções)		-1.000,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		314.324,86	309.925,97
Outros gastos e perdas		15.696,29	2.252,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-75.954,77	36.751,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		75.873,47	76.628,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-151.828,24	-39.877,96
Juros e rendimentos similares obtidos		36.972,42	29.835,07
Juros e gastos similares suportados		19.606,33	5.472,37
Resultados antes de impostos		-134.462,15	-15.515,26
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-134.462,15	-15.515,26

A Mesa Administrativa

Contabilista/Certificado


 João Cândido Tavares


 José Carlos Almeida

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em Dezembro DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2015	Dezembro 2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		682.680,67	657.969,71
Pagamentos a fornecedores		406.449,56	466.113,97
Pagamentos ao pessoal		1.170.294,11	1.191.354,74
Caixa gerada pelas operações		(894.063,00)	(999.499,00)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		652.200,68	580.794,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(241.862,32)	(418.704,79)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		258.859,25	2.995,87
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		742,11	325,15
Outros activos			21.099,18
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		277.983,18	275.093,33
Subsídios ao investimento		(22.187,96)	13.077,90
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		36.972,42	29.835,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		33.166,28	293.586,10
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		106.477,17	150.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações		7.334,30	1.278,66
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		19.606,33	5.472,37
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		94.205,14	145.806,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(114.490,90)	20.687,60
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		81.637,21	60.940,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13.055,20	81.637,21

A Mesa Administrativa

NIF/ Matricula
501 157 549

O Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

31 de Dezembro de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Activos Fixos Tangíveis.....	11
6	Activos Intangíveis	13
7	Locações.....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
9	Inventários	14
10	Rédito.....	14
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	15
14	Imposto sobre o Rendimento	15
15	Benefícios dos empregados.....	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
17	Outras Informações	16
17.1	Investimentos Financeiros	16
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17
17.3	Clientes e Utentes.....	17
17.4	Outras contas a receber.....	17
17.5	Diferimentos	18
17.6	Outros Activos Financeiros	18
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	18
17.8	Fundos Patrimoniais	18
17.9	Fornecedores	19
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	19
17.11	Outras Contas a Pagar	19
17.12	Outros Passivos Financeiros	19
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	20

17.14 Fornecimentos e serviços externos	20
17.15 Outros rendimentos e ganhos	20
17.16 Outros gastos e perdas	21
17.17 Resultados Financeiros	21
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Sardoal” é uma I.P.S.S. Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede no Largo do Convento, em Sardoal. Tem como atividade as valências de Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Cresce, desenvolve ainda atividade relacionados com a gestão do seu Património, e Agrícolas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal opera.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Ativos	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para reflectir novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem e melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzindo de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo justo valor, valor pelo qual figuravam na contabilidade da instituição.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.2.3.1 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente imóveis detidos para obter rendas ou valorização do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens e serviços para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

3.2.4 Participações Financeiras:

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a Instituição não exerce controlo (o que ocorreria se a IPSS controlasse direta ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a instituição participasse nas decisões financeiras e operacionais da instituição o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma Instituição).

3.2.5 Custos de empréstimos obtidos:

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto de acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.2.6 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações

em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada como um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo específico.

3.2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir melhor a estimativa a essa data.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

3.2.8.1 Clientes/utentes

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorrido que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou a parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/utente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.2.8.2 Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no passivo pelo custo.

3.2.8.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.8.4 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.2.9 Rédito

O rédito   mensurado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber.

O rédito proveniente da presta o de serviços   reconhecido com referência   fase de acabamento de transac o / serviço   data do relato, desde que todas as seguintes condi es sejam satisfeitas:

“O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade”

“   provável que benefícios econ micos futuros associados   transac o fluam para a Institui o;

“Os custos incorridos ou a incorrer com a transac o podem ser mensurados com fiabilidade”;

O rédito de juros   reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios econ micos fluam para a institui o e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Institui o receber o correspondente montante.

3.2.10 Imposto sobre o rendimento

Sendo uma IPSS, está isenta de IRC

3.2.11 Julgamentos e estimativas

Na prepara o das demonstra es financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as Estimativas e assun es efetuadas pelo  rgo de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente,   data de aprova o das demonstra es financeiras, dos eventos e transa es em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstra es financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- c) Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2.12 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.13 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- a) Benefícios de curto-prazo. Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença.
- b) Benefícios de cessação – Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00				847.480,00	847.480,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	847.480,00	847.480,00

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.480,00			450,00		847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847.480,00	0,00	0,00	450,00	0,00	847.930,00

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.060,51	1.278,66				52.339,17
Edifícios e outras construções	2.166.400,26	267.936,85				2.434.337,11
Equipamento básico	299.933,18	1.532,71				301.465,89
Equipamento de transporte	84.961,88					84.961,88
Equipamento administrativo	76.724,29	184,50				76.908,79
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
Total	2.758.624,84	270.932,72	0,00	0,00	0,00	2.682.038,71
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	685.200,36	44.105,93				729.306,32
Equipamento básico	270.382,55	2.403,76				282.786,31
Equipamento de transporte	80.766,88	1.367,51				82.134,38
Equipamento administrativo	74.611,36	1.318,81				75.930,17
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	26.039,00	1.339,49				27.378,48
Total	1.138.040,15	60.535,51	0,00	0,00	0,00	1.198.575,66

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.339,17	37.334,30				89.673,47
Edifícios e outras construções	2.086.818,26					2.086.818,26
Equipamento básico	301.465,89	4.613,62				306.079,51
Equipamento de transporte	84.961,88					84.961,88
Equipamento administrativo	76.908,79	16.547,17				93.455,96
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
Total	2.682.038,71	58.495,09	0,00	0,00	0,00	2.740.533,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	729.306,32	43.317,72				772.624,04
Equipamento básico	282.786,31	10.567,86				293.354,17
Equipamento de transporte	82.134,38	1.367,50				83.501,88
Equipamento administrativo	75.930,17					78.825,48
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	27.378,48					29.010,10
Total	1.198.575,66	55.253,08	0,00	0,00	0,00	1.258.355,67

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguintes:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Saldo Final
Terrenos e recursos	156.480,73		25.964,04			130.516,69
Edifícios e outras construções	515.933,85		94.540,33	155.848,44	16.093,46	249.451,22
Total	672.414,58	0,00	120.504,37	155.848,44	16.093,46	379.967,91

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Saldo Final
Terrenos e recursos	130.516,69					130.516,69
Edifícios e outras construções	421.393,52			171.941,90	16.093,46	233.357,76
Total	551.910,21	0,00	0,00	171.941,90	16.093,46	363.874,45

6 Activos Intangíveis

Não aplicável neste exercício.

7 Locações

Não aplicável neste exercício.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	275.000,00	81.477,17	356.477,17	150.000,00	100.000,00	250.000,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	275.000,00	81.477,17	356.477,17	150.000,00	100.000,00	250.000,00

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.294,79	175.558,58	0,00	8.324,76	187.139,95	0,00	10.764,44
Produtos acabados e intermédios	4.500,00		0,00	4.500,00		0,00	7.500,00
Activos biológicos	0,00		0,00	7.800,00		0,00	4.500,00
Total	19.794,79	175.558,58	0,00	20.624,76	187.139,95	0,00	22.764,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				95.825,10			100.872,19
Variações nos inventários da produção				-4.867,06			-300,00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	17.700,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	666.194,65	704.511,93
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	25,58	54,26
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	683.920,23	704.566,19

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
Comparticipação CRSS	498.404,41	489.060,34
IEFP	82.527,69	103.574,70
POHP		21.506,99
Expl.Agrícola (IFAP)	2.510,06	2.636,86
Protocolo Municipio do Sardoal	16.800,00	16.800,00
Total	600.242,16	633.578.89

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável, a SCMS tem isenção definitiva.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de “99” e em 31/12/2014 foi de “104”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.045.247,54	1.004.081,28
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	193.914,75	181.092,34
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.082,09	5.911,12
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.432,97	20.872,54
Total	1.252.677,35	1.211.957,28

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	6.733,77	6.733,77
Método de Equivalência Patrimonial	6.733,77	6.733,77
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12.447,26	11.705,15
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6.733,77	-6.733,77
Total	12.447,26	11.705,15

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável neste exercício.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	84.301,49	86.446,92
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	228.939,55	208.030,22
Total	313.241,04	294.477,14

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes		
Utentes	228.939,55	208.030,22
Total	228.939,55	208.030,22

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	279,77	952,22
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	54.170,16	86.412,19
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	54.449,93	87.364,41

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.208,27	4.730,17
Custos diferidos OBS no inventário	12.448,63	10.454,64
Material de escritório	773,83	1.086,96
Candidatura Programa Modelar 2-UCCI	4.860,00	4.860,00
Aluguer de equipamentos	330,31	
Total	22.621,04	21.131,77
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	18.935,90	26.404,56
Total	18.935,90	26.404,56

17.6 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Certificados de aforro	2.493,99	2.493,99
Total	2.493,99	2.493,99

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	23.139,77	23.139,77
Depósitos a prazo	58.497,44	58.497,44
Outros		
Total	81.637,21	81.637,21

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-356.912,68	6.672,70	0,00	-350.239,98
Excedentes de revalorização	847.480,00	450,00	0,00	847.930,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.987.997,12	0,00	-31.931,56	1.956.065,56
Resultado líquido do exercício	-15.515,26			-134.462,15
Total	2.721.946,20	7.122,70	-31.931,56	2.712.652,60

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	237.032,82	159.531,78
Total	237.032,82	159.531,78

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11.818,08	17.997,45
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11.818,08	17.997,45
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	210,43
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.629,37	6.753,02
Segurança Social	38.296,50	34.742,69
Outros Impostos e Taxas	0,00	56,49
Total	44.925,87	41.762,63

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		15.368,18		18.914,73
Fornecedores de Investimentos		500,00		915,84
Credores por acréscimo de gastos		176.107,93		156.839,68
Outros credores		54.170,16		9.100,60
Total	0,00	246.146,27	0,00	-57.481,02

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos de utentes	3.159,67	1.415,45
Total	3.159,67	1.415,45

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	580.932,10	614.142,03
Subsídios de outras entidades	19.310,06	19.436,86
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	600.242,16	633.578,89

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	93.852,74	66.202,73
Materiais	6.289,44	9.564,11
Energia e fluidos	93.281,38	116.659,68
Deslocações, estadas e transportes	0,00	38,23
Serviços diversos	105.844,84	102.037,72
Total	299.268,40	294.502,47

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	15.980,70	11.208,92
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.680,51	1.431,58
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,10	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	277.983,18	275.093,33
Outros rendimentos e ganhos	18.680,37	22.192,14
Total	314.324,86	309.925,97

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1.656,56	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	175,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	13.864,73	2.252,78
Total	15.696,29	2.252,78

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19.606,33	5.472,37
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	19.606,33	5.472,37
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	25,58	54,26
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	36.946,84	29.780,81
Total	36.972,42	29.835,07
Resultados Financeiros	17.366,09	24.362,70

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo em 19 de Março de 2016

Sardoal, 19 de Março de 2016

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia do Sardoal

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, no exercício das suas competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, vem pronunciar-se sobre a apreciação das Contas do ano de 2015, cuja elaboração acompanhou, solicitando e obtendo todos os elementos e esclarecimentos necessários para poder dar parecer sobre o mesmo.

Do acompanhamento da vida da Instituição e do conhecimento sobre as propostas contidas no Relatório de Actividades, entendemos estarem correctamente elaboradas as Contas do ano em apreço.

Tal facto permitiu concluir que a Mesa Administrativa evidenciou o maior rigor na elaboração das Contas, sempre no respeito pelas necessidades da Instituição e as normas gerais de uma boa gestão de todo o património.

Os documentos em apreço permitam proceder à avaliação da actividade que se desenvolveu, bem como a compreensão da situação económica e financeira da Instituição e que os requisitos legais e estatutários em vigor foram devidamente observados.

Deste modo o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Que sejam aprovados o Relatório de actividades e as Contas do ano de 2015;

Que o resultado seja levado a Resultados Transitados;

Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa pela forma como tem desenvolvido as actividades da Instituição.

Sardoal, 2016-03-01

O Presidente *José António*
Vice-Presidente *António Roque Soares de Azevedo*
Secretário *José António*